

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL SANTA MARCELINA DE RONDÔNIA									
CNPJ: 60.742.616/0002-40									
Demonstrações Financeiras Correspondentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 - Em reais									
Demonstrações Financeiras			Balancço Patrimonial			Demonstração do Resultado do Exercício			
Balancço Patrimonial	N.E	2024	2023	N.E	2024	2023	N.E	2024	
Ativo Circulante		16.554.489	15.494.759	Passivo Circulante	7.065.108	7.328.404	Receitas Operacionais	51.229.632	41.300.898
Caixa e Equivalentes de				Fornecedores	2.203.571	1.193.503	Com Restrição		
Caixa - Sem Restrição	3a	4.688.418	213.900	Obrigações Trabalhistas e Sociais	11	1.250.349	Verbas Públicas	18a	2.511.847
Caixa e Equivalentes de				Férias e Encargos	12	1.711.884	Sem Restrição		
Caixa - Com Restrição	3b	177.563	906.078	Obrigações Tributárias	13	232.683	Assistência Médica e Hospitalar	18b	45.488.391
Contas a Receber	4	8.289.504	10.878.190	Outras Contas a Pagar		18.057	Doações	18c	546.599
Outros Créditos	5	697.285	471.098	Receitas Antecipadas	14	1.043.386	Outras Receitas	18d	1.456.369
Despesas Antecipadas	6	22.024	20.273	Verbas de Subvenções	15	605.178	Trabalhos Voluntários	25	1.226.426
Estoques	7	2.679.695	3.005.220	Não Circulante	10.318.147	9.861.114	Despesas Operacionais	(49.644.107)	(39.793.121)
Não Circulante		15.573.943	14.755.021	Recursos Aplicados em			Pessoal e Encargos	19	(20.207.227)
Realizável a Longo Prazo	8	3.573	1.739	Imobilizado NBC TG 07	9b	10.241.691	Serv. Prestados por Terceiros		(17.251.853)
Investimentos		161.390	136.932	Provisão para Contingências	16	76.456	Medicamentos e Materiais	20	(10.645.446)
Imobilizado - Sem Restrição	9a	5.164.889	4.758.411	Patrimônio Líquido	17	14.745.177	Administrativas e Gerais	21	(14.340.431)
Imobilizado - Com				Patrimônio Social		13.060.337	Serv. de Utilidade Pública	22	(560.808)
Restrição NBC TG 07	9b	10.241.691	9.853.936	Superávit/Déficit do Exercício		1.684.840	Locações		(981.902)
Intangível	10	2.400	4.003	Total do Passivo	32.128.432	30.249.780	Tributárias		(720.828)
Total do Ativo		32.128.432	30.249.780				Depreciação/Amortização	24	(62.281)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
N.E Patrimônio Social Superávit/Déficit Total do Patrimônio Líquido									
Saldos em 31/12/2022		13.001.468	(1.357.072)			11.644.396	Superávit/Déficit Antes do Resultado Financeiro	1.585.525	1.507.777
Movimentação do Período							Resultado Financeiro	23	99.315
Incorporação ao Patrimônio Social do							Receitas Financeiras		217.462
Superávit/Déficit do Ano Anterior			(1.357.072)		1.357.072		Despesas Financeiras		(118.147)
Superávit/Déficit do Exercício						1.415.866	Superávit/Déficit do Exercício		1.684.840
Transferências Patrimoniais							As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		
Saldos em 31/12/2023	17	11.644.396	1.415.866			13.060.262	Demonstração do Valor Adicionado		
Movimentação do Período								2024	2023
Incorporação ao Patrimônio Social do							Receitas	50.003.206	40.304.874
Superávit/Déficit do Ano Anterior			1.415.866		(1.415.866)		Verbas Públicas	2.511.847	3.023.869
Superávit/Déficit do Exercício						1.684.840	Assistência Médica e Hospitalar	45.488.391	35.065.921
Transferências Patrimoniais			75			75	Doações	546.599	622.548
Saldos em 31/12/2024	17	13.060.337	1.684.840			14.745.177	Outras Receitas	1.456.369	1.592.536
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras									
Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto									
	2024	2023		2024	2023		Insumos Adquiridos de Terceiros	(26.528.587)	(21.056.576)
Atividades Operacionais							Serv. Prestados por Terceiros	(10.645.446)	(6.614.402)
Superávit/Déficit do Exercício	1.684.840	1.415.866		Verbas de Subvenções	(1.454.248)	(727.890)	Medicamentos e Materiais	(14.340.431)	(13.445.253)
Depreciação/Amortização	1.584.378	1.489.844		Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	5.759.714	523.099	Administrativas e Gerais	(560.808)	(276.093)
Provisão para Contingências	69.278	7.178		Atividades de Investimento			Serviços de Utilidade Pública	(981.902)	(720.828)
Transferências Patrimoniais	75	-		Investimentos	(24.458)	(36.285)	Valor Adicionado Bruto	23.474.619	19.248.298
Superávit/Déficit Ajustado	3.338.571	2.912.888		Aquisições de Imobilizado	(2.425.354)	(2.664.229)	Depreciação/Amortização	(1.584.378)	(430.970)
Variações do Ativo e Passivo	2.421.143	(2.389.789)		Baixas do Imobilizado	48.346	-	Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	21.890.241	18.817.328
(Aumento) Diminuição nos Ativos				Recursos Aplicados em			Valor Adicionado Recebido em Transferência	217.462	153.481
Contas a Receber	2.588.686	(3.868.684)		Imobilizado NBC TG 07	387.755	(56.246)	Receitas Financeiras	217.462	153.481
Outros Créditos	(226.187)	181.550		Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(2.013.711)	(2.756.760)	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.107.703	18.970.809
Despesas Antecipadas	(1.751)	37		Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.746.003	(2.233.661)	Distribuição do Valor Adicionado	22.107.703	18.970.809
Estoques	325.525	627.916		Caixa e Equivalentes de Caixa			Pessoal	20.207.227	17.251.853
Realizável a Longo Prazo	(1.834)	(189)		Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	1.119.978	3.353.639	Salários	18.487.725	15.563.710
Aumento (Diminuição) nos Passivos				Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4.865.981	1.119.978	Benefícios	90.013	95.097
Fornecedores	1.010.068	729.821		Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.746.003	(2.233.661)	FGTS	1.629.489	1.593.046
Obrigações Trabalhistas e Sociais	55.917	246.043					Tributárias	35.208	38.793
Férias e Encargos	395.622	97.740					Federais	21.194	28.973
Obrigações Tributárias	(129.732)	174.280					Estaduais	13.856	9.659
Outras Contas a Pagar	9.141	(12.333)					Municipais	158	161
Receitas Antecipadas	(150.064)	161.920					Remuneração de Capitais de Terceiros	180.428	264.297
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras									
1. Contexto Operacional: O Hospital Santa Marcelina de Rondônia, inscrito sob o CNPJ 60.742.616/0002-40, situado na Rodovia BR 364 KM 17, na zona rural do município de Porto Velho/RO, iniciou suas atividades em 23/09/1975, quando as Irmãs Marcelinas assumiram a administração de uma colônia de hansenianos, situada em plena floresta amazônica, para cuidados exclusivos dos portadores desta enfermidade e seus familiares. Com o passar dos anos, em razão dos tratamentos mais eficazes e a diminuição dos casos de hanseníase, as irmãs abriram atendimento médico à população, inicialmente voltados à especialidade de clínica geral e a disponibilização de próteses confeccionadas em oficina ortopédica própria. Face a continuidade destes serviços oferecidos, tempos depois, formalizou-se a fundação do Hospital Santa Marcelina de Porto Velho. O compromisso de ser uma unidade com atendimento humanizado é destacado por meio da assistência realizada na reabilitação física e auditiva, pois o hospital conta com um grande diferencial, que é a sua oficina ortopédica, responsável pelo atendimento aos pacientes de Rondônia, sul do Amazonas e parte do Acre, que necessitam de órteses, próteses, cadeiras de rodas, muletas, andadores, calçados especiais e coletes, dentre outros materiais de uso ortopédico. Durante o processo de reabilitação e confecção da prótese, o paciente pode ser acolhido em alojamentos próprios da instituição, onde recebe atenção e cuidados especiais. A instituição destaca-se no									
tratamento de diabetes, cirurgias oftalmológicas, cirurgia geral e cirurgias por videolaparoscopia. Possui diversas parcerias com entidades públicas, e disponibiliza 100 leitos clínicos, com aproximadamente 90% de sua capacidade operacional dedicada ao atendimento por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). No ano de 2023, no mês de maio, ocorreu o término da vigência de um contrato de prestação de serviços firmado com a Secretaria de Saúde do Estado - SESAU/RO referente à leitos de retaguarda, cujo contas a receber foi liquidado somente em 10/2023, o que refletiu no equilíbrio econômico e financeiro do hospital no referido período. Em outubro deste mesmo exercício, iniciou-se um novo contrato com a Secretaria de Saúde do Estado - SESAU/RO referente à leitos de retaguarda, o que contribuiu aos poucos para a retomada da saúde financeira da instituição. Foram implementados novos protocolos para melhoria do recebimento dos pacientes do SUS e das equipes de regulação, uma melhor organização dos fluxos de trabalho e uma visão sistêmica da atuação da instituição frente aos atendimentos realizados, aprimorando a visão holística para a gestão hospitalar, a serviço do bem maior: a saúde e bem-estar da população atendida. Em 2024, pela primeira vez, foi firmado um contrato de prestação de serviços com a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho (SEMUSA), para realização de atendimentos aos pacientes do SUS, nas especialidades de cirurgia geral e ginecologia. Neste mesmo ano,									
foram celebradas mais algumas parcerias com a Secretaria de Saúde do Estado - SESAU/RO, para realização de cirurgias eletivas na especialidade de oftalmologia, ortopedia/traumatologia, cirurgia geral e urologia. Essas novas parcerias têm sido de suma importância para a população, pois o Hospital Santa Marcelina de Rondônia, com agilidade e resolutividade, tem atuado nas necessidades dos pacientes. Quanto as demandas oftalmológicas, a entidade tem ofertado todo o apoio com a consulta pré-operatória, exames, risco cirúrgico, cirurgia, disponibilização de colírios e óculos, e também a consulta pós-operatória. Nas áreas de ortopedia/traumatologia, cirurgia geral e urologia, os atendimentos abrangem a modalidade de internação e ambulatorial, ou seja, o paciente que dá entrada na rede de pronto atendimento da capital, pode ser regulado para o Hospital Santa Marcelina de Rondônia para realização de sua cirurgia, assim como o paciente que se encontra em domicílio, também pode ser regulado à instituição para realização de atendimento ambulatorial e programação cirúrgica, caso haja necessidade. a. Certificações Públicas: O Hospital Santa Marcelina de Rondônia é uma									
continua									



continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina de Rondônia

associação civil de direito privado, filial da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Casa de Saúde Santa Marcelina, foi deferido em 17/11/2023 através da portaria 959 de 13/11/2023, com validade até o dia 31/12/2024. A entidade protocolou em 17/09/2024, de modo tempestivo, o seu requerimento de renovação, conforme SEI 25000.139005/2024-38, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar 187, de 17/12/2021, na qual prevê que "será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação". O processo se encontra aguardando a manifestação do Ministério da Saúde - MS e até a presente data não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado".

**b. Áreas de atuação e objeto social:** O Hospital Santa Marcelina de Rondônia tem por missão, em consonância com o carisma da instituição, com a declaração dos direitos humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. Tem como objeto social, sem visar lucro, prestar serviços na área da saúde por meio dos seguintes atendimentos hospitalares e ambulatoriais, à pacientes particulares e do Sistema Único de Saúde - SUS:

➤ Consultas médicas e não médicas;

➤ Realização de exames;

➤ Internações clínicas e cirúrgicas;

➤ Cirurgias ambulatoriais;

➤ Cirurgias gerais;

➤ Reabilitação física, auditiva e oficina ortopédica.

**c. Manutenção financeira da Associação:** Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais do Hospital Santa Marcelina de Rondônia são provenientes de:

➤ Parcerias com o poder público;

➤ Subvenções governamentais;

➤ Atendimentos particulares;

➤ Donativos de pessoas físicas e jurídicas;

➤ Rendimentos de aplicações financeiras dos ativos financeiros e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da instituição.

**2. Principais Práticas Contábeis:**

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, autorizadas para emissão em 17/03/2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução 1.409 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1) - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e subsidiariamente a Legislação Societária.

**2.2. Bases para elaboração:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer informações relativas à totalidade das atividades operacionais da Casa de Saúde Santa Marcelina realizadas por sua filial. Foram elaboradas para todos os aspectos relevantes, observando as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1). Estão demonstradas em Reais, que é a moeda funcional da entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, quando mencionado e descrito a seguir. Resumo das principais práticas contábeis adotadas:

**a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor;

**b. Estoque:** O custo dos estoques, baseado no método da média ponderada móvel, estão demonstrados ao custo histórico ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. É avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não superam o valor de mercado;

**c. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo;

**d. Direito de Uso decorrente de Operações de Arrendamento Mercantil - NBC TG 06 (R3):** De acordo com a determinação definida na referida norma, os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros a valor presente e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Foram utilizados os seguintes critérios práticos requeridos pela norma para efeito de escrituração contábil:

**1.** Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada pela entidade, líquida da inflação dos últimos 12 meses;

**2.** Contratos inferiores a 12 meses e bens de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma;

**3.** A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos, cuja composição de valor dependa de variável; e

**4.** O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. A entidade não contabilizará como arrendamento os bens de baixo valor. De acordo com o Item B8 da NBC TG 06 (R3), exemplos de ativos subjacentes de baixo valor

podem incluir computadores pessoais, tablets, pequenos itens de mobiliário de escritório e telefones. Será considerado bens de baixo valor, o ativo subjacente, com base no valor do ativo quando este é novo, independentemente da idade do ativo que está sendo arrendado. Quanto a determinação do valor para efeito de consideração de bens de baixo valor, a entidade adotará o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), tendo como referência o documento *Effects Analysis* elaborado pela *IFRS Foundation*, ao descrever que, a IFRS 16 não exige que uma empresa escriture arrendamentos de ativos de baixo valor - por exemplo, arrendamentos de ativos, cujo valor do bem quando novo seja de US\$ 5.000 ou menos. Nos anos de 2024 e 2023, a entidade não contabilizou bens como arrendamento mercantil, em razão da inexistência dos critérios de aplicabilidade aqui definidos;

**e. Férias e encargos a pagar:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;

**f. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2);

**g. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros, que são registrados pela sua realização financeira;

**h. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas como receita diferida no Balanço Patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato a entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas, conforme NBC TG 07 (R1);

**i. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, produção de serviços médicos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente;

**j. Reconhecimento dos trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representados substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

**(a) Sem Restrição:**

Descrição	2024	2023
Caixas	5.334	19.475
Bancos	14.098	19.630

2023									
Descrição	Saldo		Transferências		Depreciação		Saldo		
	Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Entrada	Baixas	Líquido		
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	3.837.186	608.169	-	-	-	(753.481)	3.643.528		
Móveis e Utensílios	711.299	12.286	2.900	-	-	(138.471)	588.014		
Máquinas e Equipamentos	921.342	8.190	-	-	-	(183.488)	746.044		
Veículos	63.217	194.999	-	-	-	(63.784)	194.432		
Instalações	937.619	91.935	-	-	-	(80.968)	948.586		
Equipamentos de Informática	132.324	59.920	-	-	-	(61.989)	130.255		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Hospital Marcelo Candia PV	3.962.500	88.123	1.111.866	-	-	(203.545)	4.958.944		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Ortopedia Porto Velho	1.010.129	-	-	-	-	(56.118)	954.011		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Leitos Ala Beata Maria Ana Sala	595.175	-	-	-	-	(24.543)	570.632		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Centro Médico	-	-	614.543	-	-	(16.388)	598.155		
Imobilizado em Andamento	1.180.000	2.900	-	-	-	-	1.180.000		
Obras/Reformas	1.261.556	1.358.832	11.705	(1.738.114)	-	-	893.979		
<b>Total</b>	<b>14.612.347</b>	<b>2.425.354</b>	<b>1.741.014</b>	<b>(1.741.014)</b>	<b>(1.582.775)</b>	<b>(48.346)</b>	<b>15.406.580</b>		

2022									
Descrição	Saldo		Transferências		Depreciação		Saldo		
	Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Entrada	Baixas	Líquido		
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	4.390.848	162.800	-	-	-	(716.462)	3.837.186		
Móveis e Utensílios	837.933	11.950	-	-	-	(138.584)	711.299		
Máquinas e Equipamentos	914.440	188.270	-	-	-	(181.368)	921.342		

2024

2023

**Descrição**

Aplicações Financeiras

4.668.986

174.795

**Subtotal**

**4.688.418**

**213.900**

**(b) Com Restrição:**

**Descrição**

2024

2023

Aplicações Financeiras - Verba de Custeio

152.538

255.435

Aplicações Financeiras - Verba de Investimento

25.025

650.643

**Subtotal**

**177.563**

**906.078**

**Total (a + b)**

**4.865.981**

**1.119.978**

\* As aplicações financeiras são remuneradas a taxas variáveis entre 80,61% e 96,24% do CDI.

**4. Contas a Receber:** Os saldos a receber estão substancialmente representados como segue:

Descrição	2024	2023
Sistema Único de Saúde - SUS	6.614.249	9.727.053
Subvenções	337.724	712.809
Pacientes Particulares	1.149.536	437.020
Outras Contas a Receber	187.995	1.308
<b>Total</b>	<b>8.289.504</b>	<b>10.878.190</b>

**5. Outros Créditos:** Referem-se a adiantamentos à fornecedores de bens e serviços, funcionários e outros créditos.

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores	219.209	187.457
Adiantamentos a Funcionários	76.228	172.949
Outros Créditos	401.848	110.692
<b>Total</b>	<b>697.285</b>	<b>471.098</b>

**6. Despesas Antecipadas:** Referem-se a antecipação de despesas com seguros, assim representados:

Descrição	2024	2023
Seguros em Geral	11.936	11.552
Seguros de Veículos	10.088	8.721
<b>Total</b>	<b>22.024</b>	<b>20.273</b>

**7. Estoques:** O estoque contém sobretudo, materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo, para atendimento aos pacientes particulares e do Sistema Único de Saúde - SUS. Os estoques existentes em 31 de dezembro estão assim discriminados:

Descrição	2024	2023
Drogas e Medicamentos	251.171	351.370
Consumo Hospitalar	385.543	405.905
Centro Auditivo	58.576	96.558
Órteses e Próteses	1.588.662	1.667.392
Gêneros Alimentícios	47.601	113.380
Demais Estoques	348.142	370.615
<b>Total</b>	<b>2.679.695</b>	<b>3.005.220</b>

**8. Realizável a Longo Prazo:** Referem-se a créditos diversos de longo prazo e valores depositados em razão de processos judiciais, e são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2024	2023
ISS a Restituir - Processo Administrativo	1.489	1.739
Depósito Recursal Trabalhista	2.084	-
<b>Total</b>	<b>3.573</b>	<b>1.739</b>

**9. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, acrescido de tributos sobre a compra e outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de funcionamento. A depreciação se inicia quando o ativo imobilizado está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento e é calculada usando o método linear. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

2024									
Descrição	Saldo		Transferências		Depreciação		Saldo		
	Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Entrada	Baixas	Líquido		
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	3.837.186	608.169	-	-	-	(753.481)	3.643.528		
Móveis e Utensílios	711.299	12.286	2.900	-	-	(138.471)	588.014		
Máquinas e Equipamentos	921.342	8.190	-	-	-	(183.488)	746.044		
Veículos	63.217	194.999	-	-	-	(63.784)	194.432		
Instalações	937.619	91.935	-	-	-	(80.968)	948.586		
Equipamentos de Informática	132.324	59.920	-	-	-	(61.989)	130.255		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Hospital Marcelo Candia PV	3.962.500	88.123	1.111.866	-	-	(203.545)	4.958.944		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Ortopedia Porto Velho	1.010.129	-	-	-	-	(56.118)	954.011		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Leitos Ala Beata Maria Ana Sala	595.175	-	-	-	-	(24.543)	570.632		
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Centro Médico	-	-	614.543	-	-	(16.388)	598.155		
Imobilizado em Andamento	1.180.000	2.900	-	-	-	-	1.180.000		
Obras/Reformas	1.261.556	1.358.832	11.705	(1.738.114)	-	-	893.979		
<b>Total</b>	<b>14.612.347</b>	<b>2.425.354</b>	<b>1.741.014</b>	<b>(1.741.014)</b>	<b>(1.582.775)</b>	<b>(48.346)</b>	<b>15.406.580</b>		

2022									
Descrição	Saldo		Transferências		Depreciação		Saldo		
	Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Entrada	Baixas	Líquido		
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	4.390.848	162.800	-	-	-	(716.462)	3.837.186		
Móveis e Utensílios	837.933	11.950	-	-	-	(138.584)	711.299		
Máquinas e Equipamentos	914.440	188.270	-	-	-	(181.368)	921.342		

continua...



★ continuação									
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina de Rondônia									
Descrição	2022		2023		Depre- ciação	Saldo		Baixas	Liquido
	Liquido	Aquisição	Entrada	Saída		Transferências	Liquido		
Veículos		105.195		—	(41.978)	—	63.217	—	63.217
Instalações		975.885	37.311	—	(75.577)	—	937.619	—	937.619
Equipamentos de Informática		164.680	38.511	—	(70.867)	—	132.324	—	132.324
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Hospital Marcelo Candia PV		4.151.380	—	—	(188.880)	—	3.962.500	—	3.962.500
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Ortopedia Porto Velho		1.066.247	—	—	(56.118)	—	1.010.129	—	1.010.129
Benfeitoria Imóveis de Terceiros - Leitos Ala Beata Maria Ana Sala		—	—	613.582	(18.407)	—	595.175	—	595.175
Imobilizado em Andamento		—	1.180.000	—	—	—	1.180.000	—	1.180.000
Obras/Reformas		829.751	1.045.387	—	(613.582)	—	1.261.556	—	1.261.556
Total		13.436.359	2.664.229	613.582	(613.582)	(1.488.241)	14.612.347	—	14.612.347
a) Imobilizados sem Restrição									
Taxa Anual de Depreciação									
Descrição		2024	2023						
Bens de Uso Sem Restrição									
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	10%	2.131.226	2.189.270						
Móveis e Utensílios	10%	576.389	561.203						
Máquinas e Equipamentos	10%	1.128.081	1.119.891						
Veículos	20%	1.196.779	1.069.052						
Instalações	10%	711.957	620.022						
Equipamentos de Informática	20%	986.193	926.273						
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	2.909.965	2.122.916						
Subtotal (a)		9.640.590	8.608.627						
Obras em Andamento		258.317	507.083						
Imobilizado em Andamento		1.180.000	1.180.000						
Subtotal (b)		1.438.317	1.687.083						
(-) Depreciação Acumulada		(5.914.018)	(5.537.299)						
Subtotal (c)		(5.914.018)	(5.537.299)						
Total Imobilizado sem Restrição (a + b + c)		5.164.889	4.758.411						
b) Imobilizados com Restrição NBC TG 07									
Taxa Anual de Depreciação									
Descrição		2024	2023						
Bens de Uso com Restrição									
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	10%	6.624.546	6.018.143						
Móveis e Utensílios	10%	1.080.569	1.080.569						
Máquinas e Equipamentos	10%	1.397.433	1.397.433						
Veículos	20%	268.346	268.346						
Instalações	10%	964.436	964.436						
Equipamentos de Informática	20%	95.547	95.547						
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4%	5.643.105	4.615.622						
Subtotal (a)		16.073.982	14.440.096						
Obras em Andamento		635.662	754.473						
Subtotal (b)		635.662	754.473						
(-) Depreciação Acumulada		(6.467.953)	(5.340.633)						
Subtotal (c)		(6.467.953)	(5.340.633)						
Total Imobilizado com Restrição (a + b + c)		10.241.691	9.853.936						
Total Imobilizado (Sem Restrição + com Restrição)		15.406.580	14.612.347						
10. Intangível: Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme NBC TG 04 (R4), com saldos assim representados:									
Taxa de Amortização									
Descrição		2024	2023						
Softwares	20%	8.013	8.013						
(-) Amortização Acumulada		(5.613)	(4.010)						
Total		2.400	4.003						
11. Obrigações Trabalhistas e Sociais:									
Descrição									
2024									
2023									
Salários a Pagar		984.868	834.566						
Pensão Alimentícia		1.728	2.483						
Rescisões		5.109	401						
INSS a Recolher		103.645	158.304						
FGTS a Pagar		154.999	198.665						
FGTS sobre Rescisões a Pagar		—	13						
Total		1.250.349	1.194.432						
12. Férias e Encargos: Referem-se a provisões de férias e encargos, assim representados:									
Descrição									
2024									
2023									
Férias		1.585.078	1.218.761						
Encargos sobre Provisões		126.806	97.501						
Total		1.711.884	1.316.262						
13. Obrigações Tributárias:									
Descrição									
2024									
2023									
IRRF sobre Folha - Cód. 0561		145.610	328.955						
IRRF sobre Autônomos - Cód. 0588		16.419	3.765						
IRRF sobre Terceiros - Cód. 1708		7.678	4.267						
CSRF sobre Terceiros - Cód. 5952		24.040	13.270						
ISS sobre Autônomos		—	1.103						
ISS sobre Terceiros		31.754	4.544						
INSS sobre Terceiros		5.245	2.574						
14. Receitas Antecipadas: Refere-se a adiantamentos recebidos de pacientes particulares, verbas a devolver e doações com restrição.									
Descrição									
2024									
2023									
Adiantamento de Clientes		318.479	439.813						
Doações Vinculadas		723.912	753.512						
Verba a Devolver		995	125						
Total		1.043.386	1.193.450						
15. Verbas de Subvenções: “Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido” (Item 12, NBC TG 07 R2). “Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo” (Item 15A, NBC TG 07 R2). As subvenções a realizar referem-se às verbas de custeio e investimento, com saldos apresentados conforme abaixo:									
Descrição									
2024									
2023									
Verbas de Subvenção - Custeio a Realizar		152.538	628.124						
Verbas de Subvenção - Investimento a Realizar		452.640	1.431.302						
Total de Subvenção a Realizar		605.178	2.059.426						
Os referidos saldos estão assim compostos:									
Custeio									
2024									
2023									
Termo de Fomento nº 001/2021 - Custeio		—	25.829						
Termo de Fomento nº 137/2022 - Custeio		—	21.625						
Termo de Fomento nº 216/2022 - Custeio		—	63.028						
Termo de Fomento nº 352/2022 - Custeio		—	240						
Termo de Fomento nº 261/2022 - Custeio		—	170.782						
Auxílio Financeiro SUS - Portaria GM/MS 96-2023 - Custeio		—	17.942						
Auxílio Financeiro SUS - Piso Salarial Enfermagem - Portaria GM/MS 1135-2023 - Contrato 997/2022 - Custeio		—	328.678						
Termo de Fomento nº 003/2024 - Custeio		152.538	—						
Subtotal Verba de Subvenção - Custeio a Realizar (a)		152.538	628.124						
Investimento									
2024									
2023									
Contrato de Repasse nº 863762/17 - Obras/Reformas		152.345	397.597						
Contrato de Repasse nº 880752/18 - Obras/Reformas		276.271	279.309						
Contrato de Repasse nº 881364/18 - Obras/Reformas		—	129.822						
Termo de Fomento nº 001/2021 - Equipamentos		—	83.181						
Termo de Fomento nº 352/2022 - Equipamentos		—	41.303						
Termo de Fomento nº 215/2023 - Equipamentos		24.024	500.090						
Subtotal Verba de Subvenção - Investimento a Realizar (b)		452.640	1.431.302						
Total Verba de Subvenção a Realizar (a + b)		605.178	2.059.426						
16. Provisão para Contingências: Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante a NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados externos que assessoram a instituição. Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações, findo o exercício de 2024. Os montantes estão assim representados:									
Descrição									
2024									
2023									
Contingência Judicial - Cível		74.372	7.178						
Contingência Judicial - Trabalhista		2.084	—						
Total de Contingências - Longo Prazo		76.456	7.178						
Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam divulgados em nota explicativa, apresentam os seguintes montantes em 31/12/2024: R\$ 319.522 (Cível) e R\$ 143.565 (Trabalhista). 17. Patrimônio Líquido: Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título, e aplica integralmente no país os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. O patrimônio líquido é representado pelo o patrimônio inicial do Hospital Santa Marcelina de Rondônia, acrescido dos superávits ou diminuído dos déficits, e acrescido ou diminuído das transferências patrimoniais entre estabelecimentos próprios, desde a data de sua constituição. Em 2024 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$14.745.177, e superávit de R\$1.684.840. Em 2023 o valor do patrimônio líquido apresentado é de R\$13.060.262, e superávit de R\$1.415.866. 18. Receitas: As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2.g.									
Com Restrição:(a) Verbas Públicas									
Descrição									
2024									
2023									
Verbas Públicas		2.511.847	3.023.869						
Subtotal (a)		2.511.847	3.023.869						
(b) Assistência Médica e Hospitalar									
Descrição									
2024									
2023									
SUS		33.534.657	26.529.068						
Convênios Municipais Particulares		568.899	348.125						
Subtotal (b)		11.384.835	8.188.728						
(c) Doações Recebidas									
Descrição									
2024									
2023									
Doações de Materiais e Medicamentos		276.404	387.939						
Doações Diversas		177.801	180.864						
Doações Pessoa Jurídica		92.394	53.745						
Subtotal (c)		546.599	622.548						
(d) Outras Receitas									
Descrição									
2024									
2023									
Outras Receitas		1.456.369	1.592.536						
Subtotal (d)		1.456.369	1.592.536						
Total das Receitas (a + b + c + d)		50.003.206	40.304.874						
19. Pessoal e Encargos:									
Descrição									
2024									
2023									
Pessoal Próprio		(18.487.725)	(15.563.711)						
Benefícios		(90.013)	(95.097)						
FGTS		(1.629.489)	(1.593.045)						
Total		(20.207.227)	(17.251.853)						
20. Medicamentos e Materiais:									
Descrição									
2024									
2023									
Medicamentos		(1.188.030)	(1.856.684)						
Materiais de Consumo		(13.152.401)	(11.588.569)						
Total		(14.340.431)	(13.445.253)						
21. Administrativas e Gerais:									
Descrição									
2024									
2023									
Bens de Natureza Permanente		(126.741)	(25.294)						
Cartórios e Autenticações		(548)	(482)						
Correios		(3.573)	(2.967)						
Seguros em Geral		(74.949)	(69.871)						
Viagens e Representações		(15.622)	(18.117)						
Outras		(339.375)	(159.362)						
Total		(560.808)	(276.093)						
22. Serviços de Utilidade Pública:									
Descrição									
2024									
2023									
Água e Esgoto		(5.029)	(858)						
Energia Elétrica		(915.719)	(676.170)						
Telefone e Internet		(61.154)	(43.800)						
Total		(981.902)	(720.828)						
23. Resultado Financeiro: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado, estão demonstrados como segue:									
Receitas Financeiras									
2024									
2023									
Rendimentos de Aplicações		198.046	135.290						
Descontos Obtidos e Juros Ativos		3.897	3.255						
Juros sobre Capital Próprio		15.519	14.936						
Subtotal (a)		217.462	153.481						
Despesas Financeiras									
2024									
2023									
Taxa Adm de Cartão de Crédito		(71.306)	(232.033)						
Juros, Multas e Descontos Concedidos		(29.328)	(1.076)						
Despesas Bancárias		(17.513)	(12.283)						
Subtotal (b)		(118.147)	(245.392)						
Total (a + b)		99.315	(91.911)						
24. Depreciação/Amortização:									
(a) Sem Restrição									
Descrição									
2024									
2023									
Depreciação		(455.456)	(429.367)						
Amortização		(1.603)	(1.603)						
Subtotal		(457.059)	(430.970)						



b) Com Restrição (*):				
Descrição	2024	2023		
Depreciação	(1.127.319)	=		
Subtotal	(1.127.319)	=		
Total (a + b)	(1.584.378)	(430.970)		
(*) Conforme consta na nota nº 09, a entidade sempre reconheceu a integralidade de suas depreciações oriundas de verbas com restrição, norteadas pelos itens 29 e 30 da NBC TG 07 (R2), que orientam apropriações de receitas relacionadas às subvenções e, permitem que sejam realizadas alternativamente de duas formas: “A subvenção é algumas vezes apresentada como crédito na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como “outras receitas”, quer, alternativamente, como dedução da despesa relacionada” (NBC TG 07 (R2), Item 29). Quanto a escolha dos métodos, o citado dispositivo esclarece no item 30 que: Como justificativa da primeira opção, há o argumento de que não é apropriado compensar os elementos de receita e de despesa e que a separação da subvenção das despesas relacionadas facilita a comparação com outras despesas não afetadas pelo benefício de uma subvenção. Pelo segundo método, é argumentado que as despesas poderiam não terem sido incorridas pela entidade caso não houvesse a subvenção, sendo por isso enganosas a apresentação da despesa sem a compensação com a subvenção. Até o ano de 2023, para as depreciações com restrição, ou seja, oriundas de subvenções, a entidade não segregava no resultado do exercício as receitas e despesas de depreciação, mas as compensava diretamente. Desta forma seu saldo na Demonstração do Resultado do Exercício era zero. A partir do ano de 2024, por uma questão de melhor evidência, a entidade optou por demonstrar a despesa de depreciação com restrição, bem como sua respectiva receita, separadamente. Em razão desta mudança, os valores da depreciação do exercício passaram a ser maiores, em comparação ao ano anterior.				
25. Trabalho Voluntário: Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse				
ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2024 e 2023 nas rubricas de serviços não remunerados de receita e despesa e não alteram o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de governança foi feita com base na remuneração dos administradores, segundo informações divulgadas pelo mercado de trabalho. De maneira similar, a mensuração dos demais serviços voluntários também foi realizada considerando os dados de mercado, observada cada função de atuação.				
Descrição	2024	2023		
Governança Corporativa	1.034.989	996.024		
Serviços de Voluntariado (*)	191.437	=		
Total	1.226.426	996.024		
(*) Os voluntários do Hospital Santa Marcelina de Rondônia desempenham um papel fundamental na assistência aos pacientes, e na promoção da humanização do ambiente hospitalar. São estudantes das áreas técnicas de enfermagem, nutrição, farmácia e costura, que contribuem de forma significativa em diversas atividades. Na enfermagem, os voluntários auxiliam a equipe em tarefas como passeios ao ar livre, banho no leito, troca de fraldas, contação de histórias e mudança de decúbito. Além disso, colaboram com ações de humanização, como a organização de eventos para datas comemorativas (dia das mães, dia dos pais, natal, etc.), realização da ação “café na roça”, preparação e distribuição de kits de higiene para os pacientes, dentre outras. Na área de nutrição, os voluntários apoiam na elaboração de planilhas, na liberação de dietas e realizam visitas aos pacientes, sempre sob a supervisão de uma nutricionista. No setor de farmácia, ajudam na montagem de kits para cirurgias, etiquetagem de medicamentos, fitoterapia e outras tarefas designadas pela farmacêutica responsável. Na costura, as voluntárias colaboram na confecção de enxovais para as diferentes alas do hospital.				
26. Isenção Tributária: A entidade usufrui da isenção às contribuições de terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do				
instituto da isenção. Desta maneira, a fim de cumprir o item 27, “c” da ITG 2002 (R1) onde preconiza que, as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:				
Descrição	2024	2023		
Base de Cálculo - Ordenados e Salários	17.307.552	16.029.586		
Percentual de Contribuição	5,80%	5,80%		
Valor da Contribuição	1.003.838	929.716		
27. Imunidade Tributária: A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos impostos nos termos do art. 150, VI, “c” da CF/88, bem como da imunidade às contribuições para a seguridade social disposta no art. 195, §7º da CF/88. Para tanto, a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.				
28. Cobertura de Seguros: A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:				
Seguradora	Modalidade	Segurados	Valores	Vencimento
Allianz Empresarial	Seguro Frota Veicular*	100% da Tabela Fipe		01/03/2025
Liberty Seguros	Seguro Predial	3.320.000		12/08/2025
Liberty Seguros	Placas Solares	700.000		09/10/2025
*Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte/invalidez), acessórios e danos a terceiros (moraes, materiais e corporais).				
Diretora Presidente: Ir. Rosane Ghedin				
Contador: Rodrigo Ronald Henrique da Silva - CRC1SP290165/O-2				
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis				
À Diretoria do Hospital Santa Marcelina de Rondônia - Porto Velho, RO. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Santa Marcelina de Rondônia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Santa Marcelina de Rondônia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.				
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: Despesas com depreciação: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24 às demonstrações financeiras, que descreve a mudança na classificação contábil da despesa de depreciação realizada pela Entidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A administração entendeu que essas mudanças proporcionam uma melhor apresentação das informações financeiras, sem impacto no resultado líquido do exercício.				
Demonstração do valor adicionado: Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de				
auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.				
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis: A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.				
Responsabilidade dos auditores independentes: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,				
bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2025				
COKINOS & ASSOCIADOS Auditores Independentes S/S CRC-2SP 15.753/O-0 Demétrio Cokinós CT - Contador - CRC-1SP120410/O-2 (S-RO) CNAI 385				
Parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais				
Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinós & Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da				
entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros presentes, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos. São Paulo, 25 de março de 2025 Irmã Giuseppina Raineri Irmã Carla Rosimeire Felix Irmã Demétria Bernardi				
À Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, com a presença da Irmã Giuseppina Raineri, Irmã Carla Rosimeire Felix e Irmã Demétria Bernardi, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 86 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras do Hospital Santa Marcelina de Rondônia, encerrado em 31/12/2024, compreendendo o Balanço				